

Nacionalismo popular e jacobinismo na ação política de Leonel Brizola entre 1959 e 1964

César Daniel de Assis Rolim *

Resumo:

Este trabalho analisa os conceitos de nacionalismo e jacobinismo presentes na ação política de Leonel Brizola entre 1959 e 1964. No início de 1963, o viés jacobinista de sua ação política torna-se mais nítido e aproxima-se do jacobinismo republicano do final do século XIX. Isso pode ser constatado por algumas bandeiras da formação política trabalhista, das quais Brizola se apropria: a defesa intransigente da República, o contraponto ao imperialismo estadunidense associado à oligarquia rural, a defesa do controle da economia nacional por parte do Estado (opondo-se frontalmente à concepção liberal), o projeto político de emancipação nacional em relação ao jugo do capital financeiro internacional, e, por fim, a aproximação com os setores subalternos das Forças Armadas.

Palavras-chave: Nacionalismo. Jacobinismo. Leonel Brizola.

Abstract:

This work analyzes the concepts of nationalism and Jacobinism presents in Leonel Brizola political action between 1959 and 1964. In the beginning of 1963, the inclination jacobinista of his political action becomes clearer and he approaches the republican jacobinism of the end of the century XIX. That can be verified by some flags of the labour political formation, of which Brizola appropriates: the uncompromising defense of the Republic, the counterpoint to the imperialism American associate to the rural oligarchy, the defense of the control of the national economy on the part of the State (being opposed to the liberal conception), the political project of national emancipation in relation to the yoke of the international financial capital, and, finally, the approach with the subordinate sections of the Armed forces.

Key-words: Nationalism. Jacobinism. Leonel Brizola.

Buscando um melhor entendimento sobre o papel desempenhado por Leonel Brizola no cenário político nacional, entre 1959 e 1964, o presente trabalho analisa os conceitos de nacionalismo e jacobinismo presentes na ação política do referido ator político. O viés jacobinista de sua atuação torna-se mais nítido e aproxima-se do jacobinismo republicano do final do século XIX, podendo ser constatado em algumas bandeiras da formação política trabalhista, das quais Brizola se apropria: a defesa intransigente da República, o contraponto ao imperialismo estadunidense associado à oligarquia rural, a defesa do controle da economia nacional por parte do Estado (opondo-se frontalmente à concepção liberal), o projeto político de emancipação nacional em relação ao jugo do capital financeiro internacional, e, por fim, a aproximação com os setores subalternos das Forças Armadas.

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

O presente trabalho utiliza-se a perspectiva da história política. A partir dos anos 1980, o renascimento da história política foi “provocada, suscitada, pela rediscussão dos conceitos clássicos e das práticas tradicionais. Neste ponto, para Rémond (2003: 26), a contestação de que foi objeto a história política lhe foi muito salutar: o desafio fustigou a imaginação e estimulou a iniciativa.” Assim, a história política não pode deixar sem referência os setores sociais, grupos étnicos, mentalidades, etc. O renascer da história política contrapõe-se ao período de desprestígio da política enquanto aspecto a ser abordado pela pesquisa histórica. Superando o período em que o reino do político, da política e dos políticos (política teórica, política prática e homens políticos) eram o reino da política, no entendimento de Le Goff (1985: 225) a história política retorna com força, assumindo os métodos e a abordagem teórica própria daquelas ciências sociais que a tinham empurrado para o segundo plano. A principal contribuição da sociologia e da antropologia para a história política foi o terem imposto com seu conceito e objetivo central a noção de poder e os fatos relativos ao poder. “O fenômeno do poder é a encarnação epistemológica da política no presente. Para passar da época da anatomia para a do átomo, a história política não pode continuar a considerar-se a ossatura da história mas continua a ser no entanto o seu núcleo.”(LE GOFF, 1985: 227)

A ascensão de Goulart à presidência do PTB, na segunda metade da década de 1950, significou a aproximação do partido em relação aos setores mais à esquerda do espectro político. Nesse quadro, e ainda seguindo a linhagem iniciada por Vargas a que Goulart dera continuidade, Brizola expressaria a radicalização de um processo. “A atuação política de Brizola conferia-lhe uma potencial aura de líder revolucionário, que nenhum de seus antecessores tiveram e sequer desejariam ter, o que facilitava a consolidação de uma imagem esquerdista para o novo trabalhismo.” (SENTO-SÉ, 1999: 70)

A ampliação dos laços dos comunistas com a massa operária produziu um resultado desafiador da linha política. A aliança, dos comunistas com a ala esquerda dos trabalhistas, frutificou uma vitória importante em 1961. Gorender (1987: 24) aponta que essa aliança entre comunistas e trabalhistas de esquerda demonstrou ser capaz de arrebatar a burocracia ministerialista, a principal organização de cúpula da estrutura sindical oficial. Entre as esquerdas, o Partido Comunista Brasileiro era a organização de maior tradição. O PCB, no início dos anos 60, defendia um governo nacionalista e democrático, abandonando a clássica imagem da revolução proletária violenta. Reconhecendo a popularidade do trabalhismo entre os trabalhadores, os comunistas passaram a atuar em conjunto com setores do PTB.

No plano sindical, no entendimento de Ferreira (2005) a aliança foi bastante fecunda. A partir de 1953 e até março de 1964, comunistas e trabalhistas, juntos, hegemonizaram o movimento operário e sindical e marcaram, com suas idéias, crenças e tradições, a cultura política popular brasileira, sobretudo no tocante ao estatismo.

A atuação de Brizola era a grande fiadora, aos olhos de uma parte das lideranças de esquerda, do acerto da política de aproximação. A atuação passada de Brizola dava-lhe, portanto, uma razoável margem de aceitação entre figuras que atuavam politicamente em movimentos populares e de esquerda fora das fileiras do PTB. Com ele empunhando o bastão do trabalhismo, acenava-se uma nova inflexão: o trabalhismo como caminho para o socialismo. (SENTO-SÉ, 1999: 70)

Esse mesmo autor entende que a associação entre as idéias defendidas por Brizola e o nacionalismo desenvolvimentista e sua versão mais popular, que vigoraram no Brasil nos anos 50 e 60, é verdadeira, mas não é tudo. Sento-Sé (1999: 128) entende que reduzi-lo a essas configurações do nacionalismo brasileiro equivale a uma simplificação do discurso brizolista e de suas raízes simbólicas. Entendendo a nação como categoria da prática política e o nacionalismo como forma de enquadramento da realidade social e orientação política, no caso do brizolismo, ambos são tributários de uma tradição que remete às origens do republicanismo brasileiro. Daí o esforço de redefinição do nacionalismo brizolista, levando em consideração seus aspectos mais fundamentais e seus tributos às tradições republicanas.

Piccolo (1979: 114) afirma que no final do século XIX a ascensão do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) abalou o predomínio do Partido Liberal na província. O PRR, criado em 1882 quando se evidenciava uma posição acomodada ao status quo por parte do Partido Liberal, que deixou de empunhar a bandeira das reformas, teve consciência da nova realidade econômica e social da província e procurou capitalizar politicamente os novos grupos sociais. Com uma proposta política reformista e modernizante, informada ideologicamente pelo positivismo, objetivou vir ao encontro de todos os grupos sociais, não se identificando o Estado a ser implantado como porta-voz e defensor dos interesses de um só segmento social.

No período de propaganda e consolidação republicana no Rio Grande do Sul, o PRR era um partido pequeno, mas com uma excepcional organização e disciplina doutrinária. O partido, segundo o entendimento de Pinto (1986: 11), dominou o estado do Rio Grande do Sul por toda República Velha¹. Ao findar esse período, diferentemente da maioria dos outros

¹ Período histórico estendido entre 1889 à 1930.

partidos, teve condições de liderar um processo que resultou na Revolução de 1930 e no conseqüente fim do pacto oligárquico.

Desenvolvendo um projeto político não-oligárquico na medida em que sempre se apresentou como o executor de políticas que respondiam aos interesses do estado como um todo e de diversos setores sociais em particular, construiu uma base de apoio que permitiu chegar, nos últimos anos da década de 1920, como líder de uma campanha que resulta no fim do pacto oligárquico. “O positivismo, ao mesmo tempo deu subsídios para o partido criar um Estado autoritário que lhe garantiu a reprodução no poder e foi a base doutrinária de um discurso que apresentava o partido acima de interesses particulares.” (PINTO, 1986: 13)

A defesa da República, a educação como tema central e o apoio ao militarismo, no entendimento de Pinto (1986: 29) colocando a Brigada Militar como símbolo do próprio regime, eram algumas das principais características do republicanismo sul-riograndense. Além disso, o teor antiliberal do ideário republicano era marcante. O liberalismo era identificado com o caos, anarquia, que impedia o bom funcionamento do Estado. Segundo Trindade (1999: 146), é o positivismo, pelo seu conteúdo antiliberal, que vai fornecer os meios constitucionais e ideológicos para o desenvolvimento de uma modernização conservadora. Esse voluntarismo político castilhistas impõe com sucesso sua dominação e cria sua própria legitimação através da adaptação do positivismo ao contexto histórico local.

Logo, após os anos 30, para Trindade (1999: 151), a mensagem comtista, antiliberal, socialista e ditatorial não somente se cristalizou nas instituições do estado do Rio Grande do Sul, mas foi redefinida e atualizada por Vargas, um dos seguidores de Castilhos, em 1937, ao instituir o Estado Novo. E a gauchização da política nacional, em decorrência da ascensão de Vargas ao poder, terá, no velho ideário do castilhismo positivista, certamente uma de suas fontes de inspiração.

A segunda fase do Governo Brizola (herdeiro do ideário varguista), segundo Cánepa (2005: 288) permitiu a eclosão de movimentos sociais de porte e a agudização dos conflitos, colocando em questão o sistema de propriedade (no caso, especialmente o rural) até então em vigor. O viés jacobino na ação política brizolista, passa a ser mais nítido.

Queiroz (1986: 9), afirma que o jacobinismo² associa-se ao tumultuado período de passagem da Monarquia à República, momento complexo em função das forças e interesses nele envolvidos. Costa (1987: 325), aponta que a análise mais objetiva dos acontecimentos indica que a Proclamação da República surge como resultado de profundas modificações com

² Para Laclau (1978), no jacobinismo, as interpelações popular-democráticas adquirem o máximo de autonomia compatível com uma sociedade de classe

o declínio das oligarquias tradicionais, ligadas à terra. Interessados em monopolizar o aparelho do Estado, os grupos progressistas deram acolhida às idéias mais avançadas (abolição, reforma eleitoral, federação, República). O regime republicano resultou, portanto, da aliança entre grupos ativos da classe média e representantes do setor mais dinâmico da classe dominante.

Carvalho (1990) indica a existência de uma disputa de modelos de República e de organização da sociedade. Entre os modelos estava o jacobinismo. Defendendo a idealização da democracia clássica e a utopia da democracia direta, do governo por intermédio da participação direta do povo, os jacobinos contrapunham-se aos liberais. Estes defendiam que a sociedade seria composta por indivíduos autônomos, cujos interesses eram compatibilizados pela mão invisível do mercado.

Não constituindo um partido político estruturado, não representando uma classe social única e envolvendo militares, os jacobinos revelam-se como um grupo social heterogêneo. A unidade residia no republicanismo radical (por consequência um antimonarquismo), no militarismo, nacionalismo (antilusitanismo candente), protecionismo estatal às atividades econômicas (antiliberalismo). “Uma sociedade laica, onde os grupos urbanos tivessem maiores oportunidades. Um Estado republicano, nacionalista, voltado para as próprias fronteiras e conduzido por um governo forte – eis a concepção jacobina.” (QUEIROZ, 1986: 127)

A premissa dos jacobinos seria a busca da nacionalidade através da busca da civilização e do progresso, que seriam encarnados com a República. O nacionalismo surgiria como uma reação ao atraso da influência estrangeira portuguesa. Esse nacionalismo confundiu-se com o jacobinismo que foi o antilusitanismo levado ao paroxismo. Trabalhando com periódicos do final do século XIX, Ribeiro (1989: 267-271) aponta a dicotomia colocada em editoriais desses jornais republicanos: o nós (jacobinos, povo) e o outro (o português). Além disso, os jacobinos colocavam-se amplamente ao lado da República, considerando-se como os seus consolidadores, responsáveis pela construção da nacionalidade e defensores da implantação de uma ordem militar. A identificação do Exército com o povo é bem característica do final do século XIX, da pregação positivista. O sentimento dentro do Exército era de marginalização. O soldado seria o cidadão armado responsável pela pureza da República e pela sua defesa. Desta forma, o militarismo era amplamente defendido pelos jacobinos, pode-se mesmo falar de um jacobinismo militar entre as patentes médias e inferiores do Exército.

Para Carvalho (1978: 234), o militarismo amplamente defendido pelos jacobinos, sofreu a influência direta do positivismo, ou seja, a adoção dos militares intervencionistas poderia ser vista como indicadora de tendências burguesas. Mas, se na Europa o positivismo deu origem a posições políticas distintas, aqui os militares dele extraíram principalmente aspectos que lhes interessavam na luta pelo poder, com a idéia de ditadura republicana.

Queiroz (1986: 96) afirma que os militares tinham grande amor à República e perfeita consciência da responsabilidade assumida na proclamação do novo regime. Deviam preservá-lo e, como tal, não lhes cabia apenas a função passiva de vigilância. A manutenção da integridade territorial e da soberania supunham participação ativa na condução dos destinos nacionais e, portanto, nas atividades políticas.

O jacobinismo nacionalista dos anos de 1890, no entendimento de Ribeiro (1989: 276) estava ligado à consolidação da República, ao nacionalismo e à implantação de uma ordem militar. O jacobinismo voltou-se contra o português, visto como o explorador, do ponto de vista político. Neste sentido, o jacobinismo, neste primeiro momento, aparece alinhado ao militarismo contra o domínio das oligarquias e suas formas de poder.

A figura do estrangeiro (português) no período é vista de diversos ângulos, colaborando ou não para a questão da nacionalidade. “De um certo prisma, o português é o atraso, a ameaça, o antiprogresso, a anti-república; este é o português alvo do jacobinismo, sendo os brasileiros o fator esperançoso da modernidade e civilização do novo regime republicano.” (RIBEIRO, 1989: 273)

A República ou o republicanismo jacobino deveria possibilitar a centralização política e econômica nas mãos do Estado. Este deveria regular as atividades econômicas, consolidando o antiliberalismo jacobino. “Nas falas parlamentares, nos artigos de jornais, no tom dos comícios é clara a opção jacobina: o protecionismo às atividades econômicas, regulamentadas estritamente, com vistas a reservá-las, se possível, somente a brasileiros, em oposição à tendência liberal, que defendia a ausência de regulamentação.” (QUEIROZ, 1986: 113)

O ideário brizolista aproxima-se em muito com o jacobinismo republicano do final do século XIX. Determinadas bandeiras, tais como a defesa intransigente da República, o contraponto ao imperialismo estadunidense associado à oligarquia rural (identificada como a força mais retrógrada da política republicana), a defesa do controle da economia nacional por parte do Estado, opondo-se frontalmente à concepção liberal, um projeto político de emancipação nacional (nacionalismo antiimperialista e antiestadunidense) em relação ao jugo do capital financeiro internacional, e, por fim, a aproximação com os setores subalternos das

Forças Armadas, indo ao encontro do militarismo jacobino, remontam a influência do jacobinismo na formação política trabalhista e, especialmente, na ação política de Brizola.

Para Sento-Sé (1999: 144), Brizola extrai das tradições nacionalistas anteriores às décadas de 50 e 60, Brizola extrai a visão holista e positivista da sociedade. Gellner (1993: 12) sustenta que o nacionalismo é, essencialmente, um princípio político que defende que a unidade nacional e a unidade política devem corresponder uma à outra. O nacionalismo, enquanto sentimento ou enquanto movimento, deve ser entendido a partir deste princípio. O sentimento nacionalista é o estado de cólera causado pela violação desse princípio ou o estado de satisfação causado pela sua realização. Um movimento nacionalista é aquele que é incitado por este sentimento. A partir dessa perspectiva deduz-se que o nacionalismo é uma teoria da legitimidade política que exige que as fronteiras étnicas não atravessem as fronteiras políticas e, especialmente, que as fronteiras étnicas dentro de um mesmo Estado não separem os detentores do poder do resto da população. O princípio nacionalista, portanto, pode ser defendido como um princípio ético e universalista.

A existência de unidades politicamente centralizadas, bem como de um clima político-moral em que tais unidades são aceitas e consideradas normativas, constitui uma condição necessária para o nacionalismo. A perspectiva de abordagem do nacionalismo enquanto um fenômeno político, permanece na obra de Hobsbawm (2004: 18-20) que entende a nação como qualquer corpo de pessoas suficientemente grande cujos membros consideram-se como membros de uma nação. Daí decorre algumas considerações pontuadas a seguir: o uso do termo nacionalismo (um princípio que sustenta a unidade política e nacional deve ser correspondente) significando que o dever político de um povo em relação à sua organização política que abrange a sua nação supera todas as outras obrigações públicas; a nação pertence a um período específico e historicamente recente, sendo uma entidade social apenas quando relacionada a uma certa forma de Estado territorial moderno (Estado-nação); as nações devem ser analisadas em termos econômicos, administrativos, políticos entre outras exigências; as nações são fenômenos construídos essencialmente pelo alto, mas que não podem ser compreendidas sem ser analisadas por baixo, ou seja, em termos de suposições, esperanças, sentimentos, os quais não são necessariamente nacionalistas, pois as ideologias oficiais de Estados e movimentos não são orientações para aquilo que está nas mentes de seus seguidores e cidadãos. A França pós-Revolução de 1789 oferecia dois conceitos de nação: o revolucionário-democrático, onde o conceito central era o de soberania do povo-cidadão se igualando ao Estado, a qual constituía uma nação e o conceito nacionalista, onde a inclusão

era proporcionada com a criação de entidades políticas derivadas da existência anterior de algumas comunidades distintas de outras estrangeiras. (HOBSBAWM, 2004: 35)

No início dos anos 1960, uma nova encarnação do trabalhismo, mais radical, emergia, chegando mesmo a trazer algumas dificuldades para Goulart. Ela tinha em Brizola seu grande porta-voz e nas reformas de base a bandeira que, na época, era capaz de sensibilizar até mesmos os grupos mais moderados da esquerda. Brizola, segundo Sento-Sé (1999: 144), defende a tarefa de tornar o povo (categoria mais acionada pelo brizolismo e largamente utilizada nos anos 50 e 60) uma nação, mediante mecanismos incorporadores. Nessa tarefa, o papel do Estado é crucial. Cabe a ele difundir o ensino formal pelo país e dar forma à nação. Cabe a ele a criação e um espaço público, onde os setores subalternos tenham lugar. Este último ponto é central na retórica nacionalista brizolista que tem pouco espaço no nacional-desenvolvimentismo dos anos 50. Reaparecerá com força, é verdade, no início dos anos 60.

O presente trabalho buscou apontar as aproximações entre a ação política de Leonel Brizola durante o início da década de 1960 com as idéias defendidas pelo jacobinismo republicano do século XIX. Herdeiro do legado varguista, que tinha como escopo básico o positivismo e jacobinismo castilhistas do início do período republicano brasileiro, Brizola busca nessas influências republicanas uma fundamentação para suas ações políticas de radicalização reformista durante o período de predomínio da estratégia de confronto implementada pelos setores políticos conservadores e reformistas no cenário político-partidário nacional.

Referencial bibliográfico

- BANDEIRA, Moniz. *Brizola e o trabalhismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- _____. *O governo João Goulart e as lutas sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1992.
- BRIZOLA, Leonel. A política e o golpe de 1964. In: RAPOSO, Eduardo. *1964: 30 anos depois*. Rio de Janeiro: Agir, 1994.
- CÁNEPA, Mercedes Maria Loguercio. *Partidos e representação política: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1965)*. Porto Alegre: UFRGS, 2005.
- CARONE, Edgard. *A Quarta República (1945-1964)*. São Paulo: Difel, 1980.
- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- _____. As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador. In: FAUSTO, Bóris. *História Geral da civilização brasileira. Tomo III - O Brasil republicano: sociedade e instituições (1889-1930)*. 2. ed. Rio de Janeiro: Difel, 1978.

COSTA, Emilia Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *PTB: do getulismo ao reformismo*. São Paulo: Marco Zero, 1989.

FALCON, Francisco. História e poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

FELIZARDO, Joaquim. *A legalidade*. Porto Alegre: UFRGS, 1991.

FERREIRA, Jorge. Leonel Brizola, os nacional-revolucionários e a Frente de Mobilização Popular. In: _____; REIS FILHO, Daniel Aarão. *As esquerdas no Brasil: nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 1987.

LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

PICCOLO, Helga. A política rio-grandense no império. In: DACANAL, José (org.). *RS: economia e política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

PINTO, Céli Regina. *Positivismo: um projeto alternativo (1889-1930)*. Porto Alegre: L&PM, 1986.

TRINDADE, Hélgio. *O brizolismo e seu legado*. In: Teoria & debate. Vol 17. São Paulo, 2004.

_____. Padrões e tendências do comportamento eleitoral no Rio Grande do Sul (1950-1974). In: CARDOSO, Fernando Henrique; LAMOUNIER, Bolívar (org.). *Políticos e eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

_____; NOLL, Maria Izabel. *Rio Grande da América do Sul: partidos e eleições (1823-1990)*. Porto Alegre: UFRGS, 1991.

Obras teóricas:

CARDOSO, Ciro Flamarion. História e paradigmas rivais. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

CHAUVEAU, Agnes; TÉTART, Philippe. Questões para a história do presente. In: _____(orgs.). *Questões para a história do presente*. Bauru: EDUSC, 1999.

GELLNER, Ernest. *Nações e nacionalismo: trajectos*. Lisboa: Gradiva, 1993.

_____. O advento do nacionalismo e sua interpretação: os mitos da nação e da classe. In: BALAKRISHNAN, Gopal. *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000

HOBBSBAWN, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2004.

LE GOFF, Jacques. A política será ainda a ossatura da história? In: _____. *O maravilhoso e o cotidiano no ocidente medieval*. Lisboa: Edições 70, 1985.

QUEIROZ, Suely Reis. *Os radicais da República – Jacobinismo: ideologia e ação (1893-1897)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

RÉMOND, René. Uma história presente. _____ (org.). *Por uma história política*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.